

AUTISMO: DESAFIOS DO COORDENADOR E PROFESSOR NO COTIDIANO ESCOLAR

Luiz Flávio da Silva
Rosângela Maria Marinho de Melo
Alexandro Lucas da Silva
Allison José dos Santos
Leandro Rafael Cunha de Oliveira
Diógenes José Gusmão Coutinho

RESUMO: A pesquisa perpassa por estudos bibliográficos a respeito do autismo e os desafios do coordenador e do professor no cotidiano escolar. A pesquisa permeia a questão da socialização, a história, conceito e definição do autismo, como também o embasamento da legislação em vigor, e o processo de inclusão do aluno autista em sala de aula, a pesquisa suscita a reflexão acerca da práxis pedagógica professor frente aos desafios no cotidiano. A reflexão está permeada também pela importância do papel da família que não poderia ser deixada de lado, pois a sua participação no desenvolvimento da criança autista é fundamental na parceria com a escola. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica pautada na base epistemológica dos autores Alves, Assumpção; Baptista; Bossa; Lampreia.

Palavras- chave: Autismo. Inclusão. Professor. Práxis. Família.

ABSTRACT: The research permeates bibliographical about autism and challenges the teacher in the school routine studies. The research permeates the question of socialization, history, concept and definition of autism, as well as the basis of existing legislation, and the process of inclusion of autistic students in the classroom, the research raises the reflection about pedagogical practice teacher ahead challenges in everyday life. Reflection is also permeated by the importance of the role of the family who could not be left out, since their participation in the development of autistic children is crucial in partnership with the school. The methodology used is the literature search guided by the epistemological basis of the authors Alves; Assumption; Baptita; Bossa; Lamprey and so on.

Keywords: Autism. Inclusion. Teacher. Praxis. Family.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social, desde pequenos nos socializamos através da interação com o outro. Esta primeira interação acontece com nossa genitora e durante

o processo de desenvolvimento aprimoramos essa interação com todos que estão ao nosso redor e, assim construímos nossa identidade como pessoa dentro da sociedade. Para as pessoas que possuem autismo essa interação não acontece da mesma forma, existe uma variação na socialização que vai depender do nível de gravidade do autismo. Algumas crianças se isolam em um mundo impenetrável, pois seu grau é severo, outras não conseguem se socializar, e tem aquelas que apresentam dificuldades amenas, que até para o profissional é quase imperceptível. Para que o autista minimize as suas deficiências e para que haja uma socialização na sociedade, a LDB (96), no artigo 59 declara que todos os portadores de necessidades especiais terão acesso a classes regulares de ensino favorecendo sua inclusão na sociedade. A palavra incluir no dicionário Houaiss significa: 1. fazer que seja parte de (grupo, lista, todo etc.);

Na Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais está registrado que: aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, diante desta proposta verifica-se vários tipos de programas de graduação e pós-graduação visando desenvolver pesquisas para atender com maestria a inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas regulares de ensino. Diante do direito garantido por lei, as escolas regulares de ensino devem observar que a permanência se dê com qualidade, com classes adequadas e uma equipe multidisciplinar composta de pedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos que atendam às necessidades individuais de cada portador, mesmo que estes possuam deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou que apresentem transtornos severos de comportamento, preferencialmente sem defasagem idade-ano.

Se tratando do portador do transtorno do autismo para promover uma educação inclusiva dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei o professor deverá apropriar-se da especificidade através da formação continuada e assim trabalhar para que haja uma integração e um desenvolvimento juntamente com os classificados normais. Nesse contexto, existem os desafios a serem transpostos no cotidiano escolar pelo professor, o que é necessário repensar a práxis pedagógica no que tange alguns fatores necessários para que a inclusão se dê de fato, portanto, é importante aprofundar o embasamento

legal para a integração escolar do aluno autista; verificar através de revisão de literatura atual o conceito de autismo, os estudos a respeito do autismo e suas intervenções; e, pesquisar atividades sensório motoras que contribuam para o desenvolvimento do aluno autista.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A práxis pedagógica: 1.1. Vygotsky e a socialização.

De acordo com Miranda, (1996) dentro do pensamento sócio-histórico de Vygotsky a respeito da interação temos: [...] o ser humano se constitui como sujeito de sua interação social com o mundo. É a possibilidade de comunicar-se com os outros, de entender e de se fazer entendido que o impulsiona ao desenvolvimento. Ainda Miranda, (1996) comenta que a partir dessa concepção entendesse que a criança participando do convívio escolar tem um forte aliado para seu desenvolvimento como ser humano, pois a partir dessas interações é estimulado a participar da vida de outros seres que ocupam diversos papéis na sociedade. A escola nesse sentido é concebida como um espaço de socialização, de práticas pedagógicas e sociais que visa o aprendizado do aluno, e a sociedade não pode desconsiderar tal possibilidade, pois a através da socialização com seus pares, alunos e professores, a comunidade escolar, o aluno estará sendo impulsionado a adquirir novos conhecimentos, além daquele que já trás em sua bagagem secular.

Vygotsky, enfatiza que o professor é o mediador entre o sujeito que aprende e o conhecimento, e nessa ação, o professor é o agente intermediário dessa relação. Conforme este pensamento não se pode ter aprendizado sem a presença dos signos, dos símbolos e da cultura que são inerentes na transmissão do conhecimento. Dentro do processo de educação inclusiva compete ao professor conhecer estas ferramentas e adequar posturas e métodos que venham a dinamizar a sua práxis pedagógica suscitando uma mediação pertinente e essencial no processo de construção do conhecimento. De acordo com Santos & Paulino (2006) para Vygotsky, o desenvolvimento se dar em dois níveis: o desenvolvimento real que indica aquilo que a criança já alcançou, caracterizado pela independência nas ações tudo aquilo que a criança já faz de forma independente; e o desenvolvimento potencial, que se refere

aquilo que a criança ainda vai conquistar com a ajuda do mediador o sujeito só será capaz de realizar a ação com a ajuda de outra pessoa. Na contribuição trazida por Vygotsky através do conceito de ZDP a ação pedagógica é realizada pela interação e através dela que o sujeito soluciona seus problemas. A internalização desse conhecimento não é um processo mecânico, mas sim um processo mediado por ações compartilhadas entre as partes, em virtude do sujeito ser social e participante de uma cultura. Miranda (1996) relata que toda criança portadora de necessidades especiais necessita de uma ação mediadora, de professores ou agentes que executem esta ação, na medida em que isso acontece, o processo da aprendizagem se consolida de forma especial e essa mediação também pode ocorrer com as crianças sem necessidades especiais. Freitas (2008) cita que a verdadeira educação consiste em despertar na criança, aquilo que já existe, ajudando-a a progredir, e o mediador é o elo desse desenvolvimento encaminhando-o na direção correta.

No caminhar existirá a construção e desconstrução, mas a história do sujeito será evidenciada de ações que possibilite o acerto e mudanças na construção do conhecimento.

Diante dessas considerações Santos & Paulino (2006) afirmam que a psicologia social é fundamentada na compreensão que todo comportamento humano é vindo da ação educativa tendo em vista a prática da interação e interlocução entre os sujeitos. Com isso é proposto que aja por parte dos profissionais da educação uma constante formação continuada e que o sistema educacional procure romper as barreiras e passem a ver a inclusão com outros olhos, buscando sempre superar as dificuldades. Pensando desta forma Santos & Paulino afirma que coordenadores, professores, alunos, comunidade, gestores, administradores, juntos poderão lutar por uma inclusão de qualidade para a melhoria de vida no planeta, e a escola com a função de transformadora poderá através das contribuições de Vygotsky dá ressignificação as mudanças necessárias a este espaço de formação. Segundo Toledo & Martins (2009) Vygotsky além de deixar um estudo referente às formas como a aprendizagem ocorre através das interações dos sujeitos, também investigou a respeito do desenvolvimento das crianças deficientes, já que Vygotsky dedicou seus estudos a investigar a respeito de pessoas com deficiência, inclusive àquelas com deficiência

mental. De acordo com os autores, Vygotsky apresentou a teoria da supercompensação: Todo o defeito cria um estímulo para elaborar uma compensação. [...] junto com as deficiências, estão dadas as forças, as tendências, as aspirações a superá-lo ou nivelá-lo. Diante desta tese fica evidente para o professor que a carência aparente do aluno especial, pode ser compensada pela maneira como o aluno encontra forças para suprir a sua deficiência e, a nova habilidade que o aluno demonstra é a porta para o surgimento de novas habilidades que serão um auxílio para novas aprendizagens. Vygotsky afirma que a insuficiência de um órgão ou uma função deficiente do próprio ser, se sente estimulada a superá-las através de objetivos concretos

2.2 O professor e a prática pedagógica contemporânea.

Serra (2010) enfatiza que o elemento-chave que a escola dispõe para transformar a sociedade é a prática pedagógica, pois vem agraciada do tema diversidade, e esta prática caminha no sentido da pedagogia das diferenças. A prática da inclusão em sala de aula de portadores de necessidades especiais é um grande desafio para o professor, e é indispensável que a escola tenha uma proposta que contemple as diferenças de cada um. Fica patente a necessidades de novas alternativas e ações voltadas para uma prática pedagógica eficaz que vise o desenvolvimento do ser em sua totalidade. Um aspecto citado por Baptista (2006) é em relação ao projeto político pedagógico da escola que deve constar as definições referentes a educação inclusiva. Dentro desta perspectiva a escola necessita rever sua concepção de tal forma, que os alunos portadores de necessidades especiais sejam enquadrados nos espaços escolares de acordo com suas necessidades específicas. De acordo com Maciel (2000) para que exista realmente uma educação inclusiva é necessário a integração do professor-aluno e os especialistas da educação. É fundamental conhecer as deficiências da criança, os tipos, as causas e suas características. O professor deverá ser bem preparado academicamente para trabalhar com o aluno em sala de aula, e uma especialização na área contribuirá para o desenvolvimento do seu trabalho. Segundo Maciel (2000) a atualização desse profissional (formação continuada) é fundamental para uma prática pedagógica eficaz e deve ser constante e indispensável ao seu currículo, com

participação em seminários, cursos e formação trazendo segurança na sua prática, pois muitas vezes o professor se sente inseguro quando recebe em sua sala de aula um aluno com necessidades especiais. A legislação brasileira sustenta que todos os cursos de formação de professores devem capacitá-los para receber os alunos com necessidades especiais, mas diante da realidade observa-se que muitos professores não são bem preparados para isso.

É importante que o professor tome conhecimento do histórico de vida de seu aluno, do seu diagnóstico e prognóstico com a finalidade conhecer e contar com ajuda da família e traçar estratégias juntamente, com os profissionais habilitados para uma intervenção eficaz. E deverá haver um acompanhamento de outros profissionais de saúde configurando assim uma equipe multidisciplinar. A avaliação deve ser formativa, inclusiva e humana considerando as limitações do aluno e suas implicações para a sociedade. A integração professor-aluno acontecerá se estes itens forem respeitados e seguidos de forma linear. Com isso, o professor facilitará o processo de ensino aprendizagem de forma coerente e digna para o aluno com necessidades especiais. Um dado importante remete ao professor que em sua práxis deve estar inteiramente destituído de preconceitos e receios, favorecendo o desenvolvimento integral do aluno. Silva & Aranha (2009) enfatizam que se o professor deseja cumprir o seu papel pedagógico, ele precisa ser um profissional-cidadão, que em seu exercício tenha a consciência do seu poder na escola. Além disso, a construção de uma escola inclusiva faz parte de uma sociedade democrática e justa dentro de uma sociedade moderna. A escola que deseja ser inclusiva deverá reconhecer que existe uma diversidade de alunato e a escola deverá suprir as suas necessidades. Para corresponder às necessidades educacionais de cada aluno, existe a necessidade de se adequar o currículo para atender as necessidades existentes de cada um. Segundo Santos & Paulino (2006) o currículo deve contemplar as diferenças, porque não existem alunos iguais, todos são diferentes em suas especificidades, e o currículo deve atender e valorizar as aprendizagens nas diferenças. O currículo em sua matriz curricular tende a homogeneizar os alunos por meio de notas e do bom comportamento. Dessa forma segundo Santos & Paulino (2006) o aluno é baseado em comparação para saber quem é o mais capaz, o mais apto no seio educacional.

Segundo Santos & Paulino (2006) a Educação Inclusiva vem para quebrar este paradigma e transformar a educação por meio do convívio com a diversidade, dando uma nova dimensão para educação, abrindo novos espaços e caminhos para os alunos fazerem suas próprias escolhas na sociedade. Com isso o professor deverá adequar a sua prática pedagógica considerando a diversidade presente dentro da sala de aula, favorecendo a aprendizagem, flexibilizando o currículo para atender a necessidade do aluno. É observado que a forma como o professor realiza a sua prática pedagógica em sala de aula irá refletir positivamente ou negativamente na aprendizagem do aluno. Alves (2005) ressalta que além do professor, o coordenador pedagógico é o agente da inclusão na prática pedagógica, ao estar atento as necessidades existentes na unidade escolar, e, assim, certamente, auxiliará os professores no que diz respeito a formação do professor, que sejam mediadores, facilitadores das relações do cotidiano escolar, amenizando as dificuldades.

2.3 ESPECTRO AUTISTA> História, conceito e definição.

Os estudos sobre o autismo em relação à descrição começaram no século XX, mas exatamente na década de 40, onde pode-se perceber que é uma pesquisa recente e que ainda não respondem a todos os questionamentos presentes no século XXI. Mas, já em 1906 as pesquisas enfatizavam pela primeira vez, na Psiquiatria, por Kouller, que na época estudava o processo de pensamentos de pacientes com esquizofrenia. Em 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler usou o termo autismo para descrever um dos sintomas de esquizofrenia que caracteriza-se pela perda de contato da realidade e o isolamento exacerbado por parte dos indivíduos. (PRAÇA, 2011). Segundo a autora, a frequência de casos de autismo é em torno de 10 para cada 10.000 indivíduos ocorrendo em maior proporção na população masculina de três a quatro vezes mais do que na feminina, e quando ocorre nas meninas o quadro clínico é mais severo.

Praça (2011) enfatiza que existe variabilidade de sinais e sintomas de autismo, sendo determinado assim, o grau que cada indivíduo apresenta e de acordo como a sua patologia. O tratamento educacional sendo oferecido por especialista, em um ambiente adequado, o autista poderá ter um desenvolvimento eficaz amenizando os sintomas significativos nas áreas de interação pessoal, comportamental e comunicação. Após

muitas pesquisas denominou-se o Transtorno Global do Desenvolvimento, no quadro do aspecto autista e são observadas diversas características, segundo (Schwartzman, 2003); Autismo infantil, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett, entre outros. Schwartzman (2003) relata que os primeiros estudos referentes ao autismo foram realizados pelo psiquiatra infantil Leo Kanner, austríaco, radicado nos EUA (1894-1981), em 1943, que ao observar onze crianças que manifestavam quadros similares de isolamento, dificuldades de comunicação, problemas de comportamento e reações estereotipadas e repetitivas, predominância em meninos. Em virtude de tais anormalidades, Kanner discutiu as possíveis causas que levavam essas crianças a terem essas características, e chegou à conclusão de que eram causados por problemas ambientais, mais especificamente a forma como eram criados: falta de contato dos pais em relação aos seus filhos que causam a solidão, a princípio, os pacientes que chegavam ao seu consultório eram de pais abastados que tinham condições de pagar por um tratamento específico, e Kanner observou que o pouco contato que os pais tinham com estas crianças era a razão para o aparecimento do autismo e denominou de Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Segundo Tamanaha, Perissimot & Chiari (2008), em 1943, o psiquiatra austríaco Dr. Hans Asperger (1906-1980), apresentou um estudo sobre crianças que apresentavam características bem similares as estudadas por Kanner, e a definiu como Psicopatia Autística, sendo observado no indivíduo com dificuldade na fala, interação social e deficiência motora, e com maior manifestação no sexo masculino. O estudo foi baseado em casos clínicos, destacando a história familiar, as características físicas e comportamentais, o desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional destes indivíduos.

As duas pesquisas foram amplamente aceitas entre a comunidade científica da Europa e dos EUA, e apesar de serem estudadas na mesma época, não puderam ser compartilhadas entre si, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e ambos denominaram a patologia de autismo. O termo como psicose foi sendo alterado a partir da década de 70, segundo Assumpção & Pimentel, (2002). Passando a ser relacionado a um déficit cognitivo, dessa forma o autismo tem uma relação com a deficiência

mental de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Gilberg (1990) op cit Alves & Lisboa (2010):

□ considera o autismo uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas, com distúrbio no curso do desenvolvimento e caracterizado por um déficit na interação social, visualizado pela inabilidade em relacionar-se com o outro, usualmente combinado com déficits de linguagem e alteração de comportamento.

Para Baptista e Bosa (2003) hoje em dia ainda não se chegou à conclusão do que seja realmente o autismo, ainda é um enigma a ser decifrado, mas de acordo com os estudos observa-se que os autistas têm um apego em relação aos pais, e isto foi demonstrado em situações de perigo, ou quando estavam angustiados. Mas, a causa provável para o autismo, seria de origem biológica, diferentemente apresentada nos primeiros estudos por Kanner, onde apresentava como provável a ausência de interação social por parte da mãe. Royo & Urquizar (2012) relata nas pesquisas, acerca das características orgânicas, foram encontradas alterações em algumas crianças autistas, mas não em todas, como: dano cerebral, diferenças em estruturas do tronco cerebral ou amígdala, episódios de epilepsia, alterações em diversas estruturas do SNC, transtornos metabólicos, bioquímicos etc. Segundo alguns autores, há uma relação genética, se alguém da família tem um caso de autismo, poderá aparecer outro por herança genética. Existe ainda a probabilidade no campo da psicologia onde permeia o déficit cognitivo básico e central, que afeta principalmente as capacidades de simbolização.

Dentre as características do autismo Royo & Urquizar (2012) citam □ a incapacidade dessas crianças de não ter uma relação interpessoal de maneira normal com as pessoas e situações desde o princípio de suas vidas; elas demoram muito a falar, em alguns casos começam e depois regridem no uso não comunicativo da mesma; é observado que esta fala consiste principalmente de palavras para nomear objetos, adjetivos indicando cores, o alfabeto, canções, listas de animais, nomes de pessoas e às vezes as palavras ditas são apenas repetições daquilo que foi ouvido dando-se o nome nesse caso de ecolalia; apresentam dificuldades na interação motora global, mas, em contrapartida tem uma extraordinária habilidade na motricidade fina; são

regidos por rotinas dificultando assim uma criatividade em atividades espontâneas. (p.249).

Ainda, segundo Royo & Urquizar (2012) o autista tem um fascínio por movimentos, luzes, cores, e quando tem apego a algum objeto podem passar horas a fio manuseando o objeto, sem nenhuma criatividade, somente através de ações repetitivas. Royo & Urquizar (2012) ainda fazem referência ao transtorno de Asperger e trazem algumas características essenciais que diferencia das características do autismo infantil: nesse transtorno não ocorre atrasos significativos na linguagem; a criança não tem prejuízos na interação social e não tem ações repetitivas; sua inteligência na maior parte dos casos é normal e também não apresentam atrasos significativos nas habilidades de autoajuda. Os quadros de autismo infantil e transtorno de Asperger têm a sua distinção na área da comunicação, e por isso a síndrome de Asperger, faz parte de uma subcategoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento. Para se ter um diagnóstico são usados os critérios descritos no Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria, o DSM-10. Hoje, o autismo é considerado uma síndrome com etiologias múltiplas figurando entre os dois sistemas de classificação de transtornos mentais e do comportamento, a saber: o CID 10, e o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSMIV) com as diferenças e semelhanças nas definições, que serão relatadas a seguir.

De acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID10, o Espectro Autista ou Transtorno Global do Desenvolvimento é caracterizado em primeiro lugar por um desenvolvimento anormal ou alterado, sendo manifestado antes dos três de idade e apresenta perturbações características do funcionamento em cada um dos três domínios: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. E, além disso, vem acompanhada de fobias e perturbações do sono e alimentação. O DSMIV classifica o transtorno autista como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento e, é caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamentos focalizado e

repetitivo. É notório observar que até mesmo os sistemas de classificação dos transtornos mentais e do comportamento apresentam certas contradições em relação às categorias em que o autismo deve ser incluído.

Vallejo (2002) a palavra autismo, como a palavra autista ou autístico tem origem etimologicamente do vocábulo grego *autos*, e por muitos anos ficou conhecida ao longo dos últimos anos, muitas vezes como uma alternativa de psicose. No começo do século XX, a palavra autismo foi caracterizada um dos sintomas básicos da esquizofrenia. Desse modo, a pessoa que tinha o diagnóstico de autista se retirava de uma realidade externa para uma interna, para um mundo imaginário não real. Segundo Vallejo (2002) no século XXI, a palavra autismo é usada para nomear uma síndrome, descrita por Leo Kanner em 1943 pela primeira vez, caracterizado por distúrbios mentais, atualmente é caracterizado como distúrbios profundos do desenvolvimento complexo e severo, pois as áreas de funcionamento podem estar afetadas em diferentes níveis, e dentro dos distúrbios do desenvolvimento, ele se apresenta como algo identificável, mas de complexa atuação para o especialista quando em grau severo.

2.3 Legislação e o autismo.

Segundo o Ministério de Educação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, relata que no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência vem desde a época do Império quando foram criadas duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant IBC e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, funcionando hoje como o Instituto Nacional da Educação dos Surdos INES, os dois localizados no Rio de Janeiro. Em 1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição que é especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1926 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE e, em 1945 surgiu o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Na década de 60, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 74.024/61, que fundamenta o atendimento às pessoas com deficiência dando direito aos excepcionais a educação, preferencialmente dentro do sistema de ensino. Com a Lei nº. 5.692/71, definindo o

tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não houve uma organização que atendesse as necessidades educacionais especiais e com esta medida os alunos foram encaminhados a classes especiais e escolas especiais. Já, em 1973 foi criado pelo MEC, o Centro Nacional de Educação Especial CENESP, que com suas ações impulsionou campanhas assistenciais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação. Fonseca (1987) relata que a criação da Educação Especial foi imposta pela sociedade por causa da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no seu artigo 26, explicita: Todos têm direito à educação. e não somente por uma necessidade inerente a cada indivíduo. O autor ainda comenta que a educação especial deveria ser complementada e apoiada por equipes médicos-psicopedagógicos móveis e itinerantes dentro do próprio sistema escolar e que as crianças deveriam ser observadas antes, durante e depois de qualquer das fases de aprendizagem. O autor enfatiza a respeito da integração das crianças deficientes em escolas normais, e só recomenda escolas especiais quando as crianças revelam deficiências severas e complexas, sendo no aspecto sensorial, intelectual e motor, ou no caso de comportamentos e desordens emocionais extremas. Na década de 90, sugeriram os documentos da Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca que influenciaram a formulação de leis que asseguram aos portadores de deficiência acesso a escola. Na Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais diz:

□ aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994 p. 01)

Após a Convenção de Guatemala (1999), foi promulgada no Brasil o Decreto nº 3.956/2001, que:

□ as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades que as demais pessoas, e define como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou

exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (p. 09).

Houve através deste Decreto uma forte e importante repercussão na educação, favorecendo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. Atualmente, no Brasil e no mundo, as pessoas com autismo têm o reconhecimento, pelo menos legalmente, o direito a educação e a inclusão escolar. No Brasil a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96 determina no seu artigo 59 que toda criança dotada de alguma deficiência tem acesso à escolarização pública. Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Essa Política tem como objetivo fazer com que os sistemas de ensino garantam a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação inter setorial na implementação das políticas públicas. Segundo Lago (2007) inclui também o ensino de Libras, que deverá constar em todo sistema de ensino, com preferência nas escolas comuns de ensino regular. Mas, uma forma de regulamento, de acordo com Alves & Lisboa (2010) o diagnóstico de autismo deve ser dado por médico neuropediatra, por psicólogo ou por psiquiatra especializado em autismo sendo utilizados os critérios de diagnósticos com base na DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), que é um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los.

[...] Os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam -se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação recíproca, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento,

interesses e atividades. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo (...) (APA, 1994 p. 98).

Ou, pela Classificação Internacional de Doenças (CID) que é utilizada para classificar doenças e outros problemas de saúde registrados em muitos tipos de registros de saúde e de vida incluindo certificados de óbito. Para além de permitir o armazenamento e a recuperação de informação clínica, epidemiológica e propósitos de qualidade, estes registros também fornecem a base para a compilação das estatísticas nacionais de mortalidade e de morbidade pelos estados membros da OMS o CID. Segundo as autoras Alves & Lisboa (1982) as famílias do autista já possuem no Brasil, leis que lhes dão fundamentação para reivindicar direitos a litígios e apelações judiciais. Mas, elas relatam que quanto ao volume de literatura científica em relação ao tema é bastante pequeno. Dentre as diversas leis disponíveis, existe uma lei que é de suma importância para as pessoas que tem relação com TGD que é a Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 Citam um trecho da lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Bertoldi e orgs. (2014) em seu trabalho de Inclusão Escolar do Autista, à Luz da Lei nº 12764/2012 enfatiza que esta lei estabelece direitos aos autistas de serem considerados de modo oficial pessoas com deficiência, podendo agora gozar de todas as políticas de inclusão social existente no Brasil, dentre elas a Educação como está organizado na lei são direitos aos autistas adquiridos: à previdência social e à assistência social. Sendo comprovada a necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista tem direito a participarem de classes comuns com acompanhante especializado. Em relação ao currículo de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Especial/CNE/CEB, 2001, p.17,b prevê que o acompanhamento seja diferenciado de acordo com as necessidades do alunato. E quanto a avaliação deve ser funcional com o objetivo de buscar o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, a cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade; e a inclusão do aluno na sociedade. Ao término da escolarização o aluno deverá receber um certificado de conclusão denominado de terminalidade específica fundamentada na avaliação pedagógica com histórico escolar

apresentando de forma descritiva, as habilidades e competências alcançadas pelo aluno com graves deficiências ou múltipla. Cabe a instituição escolar normatizar a respeito da idade-limite para a conclusão do ensino fundamental. Segundo Praça (2008) além da oferta do ensino regular, existem ainda o Decreto nº 6.215, de 2007, que enfatiza sobre o Atendimento Especial Especializado, que deve ser oferecido, em horário diferente da classe comum, este atendimento deve ser oferecidos em escolas com salas de recursos multifuncionais e com profissionais com formação continuada para o AEE, devendo o espaço ser adequados para a acessibilidade dos alunos deficientes. A organização deve constar de: sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, matérias didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; matrícula no AEE do aluno que esteja matriculado no ensino regular da própria escola ou de outra escola; cronograma de atendimento aos alunos; plano do AEE: identificação das necessidades específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; professores para o exercício de docência do AEE; outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. Aguiar (2002) enfatiza que incluindo o aluno com autismo na classe regular, há uma experiência bem sucedida com o método da Comunicação.

Facilitada, e enfatiza que mesmo tendo a lei para assegurar o acesso do aluno a rede escolar há uma disparidade entre a lei e a prática, pois, apesar das escolas matricularem as crianças com necessidades especiais, a própria escola não tem estrutura, material, informações e formação de profissionais para atender a demanda.

2.3 Inclusão do aluno portador de necessidades especiais

Inclusão Escolar é a denominação dada à modalidade de ensino Educação Especial (E.E) que, desde 1996, passou a ter seu atendimento feito preferencialmente na rede de ensino (BRASIL, 1996, Art.58). De acordo com Adam (2012) com o respaldo da legislação, se abre a discussão da igualdade-diferença na rede de ensino, onde se

defende a ideia de que a inclusão propõe a restituição daquilo que é negado aos excluídos. Ver-se que o conceito de inclusão social está intimamente ligado a idéia de uma sociedade democrática onde o diferente deve ser respeitado. Dentro desta perspectiva reconhecer a inclusão objetiva valorizar a diversidade como condição favorável para o aprendizado. Miranda (1996) relata que ao se propor a inclusão ela é mais enfática quando se é destinada a alunos com transtorno globais do desenvolvimento ou com autismo pois vem a mente os grandes desafios a serem transpostos como: [] lidar com a diversidade; formação adequada e aperfeiçoamento constante de professores; utilização de metodologias, instrumentos, formas de avaliação e comunicação diferentes das convencionais; adaptações na estrutura escolar, no currículo, no plano de aula, ensino e nos projetos educacionais; envolvimento e compromisso de toda a comunidade; parcerias efetivas com profissionais e instituições especializadas. Segundo Maciel (2000) a educação inclusiva concebe uma escola para todos, onde as diferenças são respeitadas e, as crianças aprendem de acordo com as suas capacidades e necessidades. O fato de se ter um direito garantido pela legislação, não significa que os problemas estejam solucionados. Existe a necessidade da inclusão também dos pais, professores, e comunidade escolar.

Tem-se falado muito em inclusão e integração como se as duas palavras fossem sinônimas, mas na verdade, a integração insere o aluno no ambiente escolar sugerindo uma adaptação do sujeito nesse ambiente, o aluno deve adequar-se ao seu ambiente, como se ele fosse o culpado por ele ser daquela forma, e sendo o culpado, ele é o responsável de se adequar ao seu ambiente, e não a escola se adequar a ele. E o aluno nesse modelo, é o objeto do currículo, o professor irá ensinar as matérias de acordo com a relevância. Já, a inclusão implica em uma mudança da estrutura do ambiente escolar as necessidades do portador de necessidades especiais. Dando ao sujeito o direito e o exercício da cidadania, segundo o pensamento de Serra (2006). Santos & Paulino (2006) comentam que fazer diferença entre o processo de integração do processo de inclusão não é somente no campo conceitual, pois os dois processos mesmo que desejem a aceitação do diferente, existem diferenças na prática. Serra (2006) também afirma que existem muitas denúncias a respeito da

existência de alunos que apenas estão inseridos no ambiente escolar, sem haver um desenvolvimento do aluno apenas dando a oportunidade da convivência social entre os pares. E Serra expressa que para se ter inclusão é necessário que a aprendizagem ande junto com a socialização.

Caso a escola seja um espaço de aprendizagem, então se pode dizer que a escola é inclusiva. Devem-se levar em consideração que ao se fazer a inclusão existirá resistências tanto físicas quanto sociais podendo levar ao processo a um desgaste, pois o fato do aluno ser simplesmente colocado dentro da sala de aula, sem nenhuma integração ou currículo diferenciado e ainda para ocorrer a inclusão será necessário também o envolvimento entre os pares alunos/alunos. Por isso segundo Mantoan (2006. P. 43): "A inclusão implica: uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa". Ainda segundo Mantoan (2006) nessa visão as escolas devem atender as diferenças sem fazer discriminação e nem trabalhar separadamente os alunos que apresentam deficiências.

Lago (2007) afirma que a inclusão vai além dos portadores de necessidades especiais, pois ao refletir sobre este tema no âmbito educacional é nítido que existe uma exclusão até mesmo aos que são ditos por normais em suas deficiências em virtude da sociedade fazerem suas seleções em detrimento das suas predileções e semelhanças. De acordo com as palavras de Rodrigues & Souza (2007) a inclusão nos remete a uma mudança do foco, onde a centralização não está na deficiência, e sim no aluno, e na vitória que ele poderá trazer no processo de ensino aprendizagem, porque enfatiza a adequação/adaptação que o meio tem a oferecer ao indivíduo. A escola é quem vai atender as necessidades do aluno, e não o aluno se adequar a meio escolar.

2.3 DESAFIOS DOCENTE NO COTIDIANO ESCOLAR: A práxis pedagógica e o autismo.

Camargo e Bosa (2009) realizaram um estudo e constataram que o professor diante da notícia que receberá em sua sala de aula um aluno com necessidades especiais, sofrem certa ansiedade e medo, pois, não sabem como vão lidar com a práxis

pedagógica, caso o aluno seja agressivo, pois em alguns casos, por exemplo, o aluno autista às vezes tem essas reações quando sofrem alguma alteração em sua rotina. Cabe salientar, segundo Rodriguez (2006) que mesmo o professor tendo o temor do enfrentamento da realidade da inclusão no ensino regular de ensino, ainda é uma realidade que não pode ser negada, mas deve ser encarada com maestria e competência, pois, a escola deve ser repensada, recriada e discutida e ofertada para todos. O professor ao se deparar com situações que lhes são diferentes ao seu cotidiano escolar, muitas vezes se sentem inseguros e a tendência é defender sua prática. No entanto, o professor deverá procurar alternativas para se ajustar a sua práxis a atual situação de inclusão do aluno autista em sala de aula. Para Lira (2004) toda pratica educativa requer que o ambiente escolar esteja devidamente organizado. O planejamento do dia a dia de uma classe é construído através do processo de projetos, práticas e estruturas vinculadas ao Projeto Político Pedagógico da escola, que é o referencial filosófico da escola, que tem como finalidade fundamentar os passos do docente. É no cotidiano que o docente irá rever a sua prática docente, fazendo alterações necessárias e aperfeiçoando o que for necessário para atingir os objetivos traçados, dessa forma entendeu-se que a práxis pedagógica constitui-se de diferentes momentos e atitudes que beneficiaram seus alunos. Segundo Rodrigues & Souza (2007) o professor deverá estar ciente dos direitos e demandas dos alunos, o educador precisa ter clara a ideia de seu papel como formador e educador, conhecer e ter domínio dos quatro pilares fundamentais a educação, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999, p. 54):

Aprender a Conhecer desenvolvimento de competência para construir conhecimento, exercitar pensamentos, atenção e percepção para contextualizar informações e para saber se comunicar. Aprender a Fazer por em prática os conhecimentos significativos em trabalhos futuros, enfatizando a educação profissional, descobrindo o valor construtivo do trabalho, sua importância, e transformando o progresso do conhecimento em novos empreendimentos e em novos empregos. Aprender a Ser a educação deve preparar o aluno de forma integral: física, intelectual e moral para que ele saiba agir em diferentes situações e condições, por si mesmo. Aprender a Conviver saber conviver com os outros, respeitando as diferenças, vivendo junto para desenvolver projetos solidários e cooperativos, em busca de objetivos comuns, por meio da solidariedade e da compreensão. (...) p.43

Segundo Alves (2005) o professor no processo da inclusão do aluno autista em sala de aula é o facilitador que irá realizar um trabalho a partir das condições de aprendizagem necessárias. O professor que tem um aluno portador de necessidades

especiais deverá ter uma postura diferente em relação a sua prática, pois o que ele tem a sua frente são alunos que não apresentam curiosidade, como os demais, em aprender, e o desafio é ensinar aquilo que não demanda o saber apenas do professor.

Rodrigues & Souza (2007) e Ribeiro (2013) comentam que são muitas as características educacionais que os alunos autistas apresentam, pois cada um apresenta um grau de transtorno diferente do outro e cabe ao professor dar uma atenção especial e coerente, no desejo de ajudar o aluno a transpor as barreiras que porventura apareçam no processo de ensino/aprendizagem. Fica claro para Lira (2004) que a proposta para os alunos autistas incluídos na rede regular de ensino deva ser de um currículo diferenciado, antes os currículos eram dados a todos sem fazer nenhuma especificidade, mas com os parâmetros curriculares existe o respeito a diversidade, e de acordo com as especificidades de cada indivíduo o currículo é flexível, amplo, dinâmico e passível de adaptações respeitando as características inerentes de cada portador de necessidades especiais, e cabe ao professor, funcionários e pais terem um comprometimento real para o desenvolvimento do autista. Remetendo aos Parâmetros Curriculares Nacionais os currículos adaptados podem ser classificados em: adaptações poucos significativas quando no contexto da sala de aula o currículo sofre pequenas alterações no planejamento e adaptações significativas ao currículo quando em detrimento do aluno portador de necessidades especiais o currículo pode ser modificado e alterado para suprir as carências pedagógicas do aluno.

2.4 O que é necessário para uma inclusão eficaz?

Considerando que o aluno autista tem a lei ao seu favor, observa-se que a inclusão de alunos autista no contexto escolar é um grande desafio para a maioria das escolas, pois é levado em consideração que o ambiente escolar não é provido de condições necessárias para receber o aluno, como também os comportamentos estereotipados, à interação/comunicação que caracterizam o autista. Os professores se queixam da formação docente referente as características, gerando medo, insegurança na prática docente. É necessária uma busca de estratégias e recursos que levem o professor a ter uma comunicação desejável com o aluno, e a exigência de reorganização do sistema educativo Ribeiro (2013).

De acordo com Mantoan (2006) não adianta pensar em inclusão, sem que a escola garanta o acesso à escolarização até o nível que o aluno seja capaz de alcançar. Mantoan afirma que, infelizmente a inclusão não tem caminhado como se deveria por causa das políticas públicas, por ignorância dos pais e pela acomodação dos professores. Mas, do ponto de vista da autora para que a inclusão aconteça é fundamental que a escola faça mudanças consideráveis, tais como: repensar o modelo educativo para que a escola seja para todos; reorganizar a escola pedagogicamente com a intenção de que todos que fazem parte da escola tenham habilidades mínimas para o exercício da cidadania; favorecer ao aluno um ensino que dê liberdade a ele de aprender, não favoreça a repetência, e nem o exclua dos demais e dá condições ao professor de aprimorar a sua prática através da formação continuada e valorização. Para que o processo de inclusão seja eficaz é necessário pensar em três elementos fundamentais segundo Serra (2010); primeiramente, o sujeito incluído deve-se pensar quando se fala em inclusão; e o professor que precisa receber toda a orientação e acompanhamento para que realmente a educação inclusiva aconteça satisfatoriamente e em terceiro lugar, a família, que é o fator mais importante na inclusão.

Viana (2013) relata que três pontos importantes que o educador necessita desenvolver em sua formação para ter êxito na sua formação. O primeiro é a escuta diante dos alunos. A escuta é parte fundamental desse processo porque cada aluno tem uma maneira especial de ver o mundo, e o professor deve estar atento a esta singularidade para desenvolver intervenções significativas na formação do sujeito. O segundo ponto importante é a sensibilidade o professor, precisa ter um olhar cuidadoso e atencioso com os alunos autistas, mesmo que eles apresentem o mesmo transtorno, mas as dificuldades nem sempre serão as mesmas, pois as características divergem umas das outras, o educador, precisa sentir e reconhecer o que é diferente e através das habilidades que cada um apresenta valorizá-las e desenvolvê-las. O terceiro ponto é a paciência. O educador em sua práxis tem que ter em mente que o aluno autista não absorve muitas informações ao mesmo tempo, é necessário passar as informações com calma e se possível repeti-las se for necessário. Também precisa passar confiança para que o aluno se sinta bem proporcionando um ambiente agradável. Silva (2011) aponta

que alguns alunos autistas, dependendo do nível podem necessitar de um monitor. A presença deste monitor possibilitará que o aluno receba um atendimento com mais qualidade e individual, só que o papel dele deve ser claro, porque ele não deve realizar as tarefas pelos alunos e nem interferir na relação dos alunos com os colegas de classe e nem com o professor. Maciel (2000) cita nove aspectos que indicam que a escola é inclusiva:

1. É a consciência de que uma boa escola é aquela que atende os alunos de forma efetiva, tendo uma boa estratégia;
2. Uma liderança ativa e presente.
3. Uma cultura acolhedora.
4. Uma rede de apoio eficaz.
5. Os funcionários da instituição e os professores constroem juntos o processo da inclusão.
6. A flexibilidade tanto na visão quanto na prática com os alunos intra e extra- classe.
7. Examinar e adotar abordagens de ensino efetivas.
8. O hábito de feedback positivo. 9.

Torna-se sempre insatisfeito e procurar sempre melhorar.

2.5. Autismo: Família e a inclusão

Alexandre (2011) fornece a informação de que antes os profissionais atribuíam a causa do autismo ao modo de socialização dos pais, então no processo de intervenção os pais eram afastados. Só a partir da década de 70 é que alguns profissionais abandonaram esta ideia e passaram a incluir a presença dos pais no tratamento do autista. Baseado no fundamento de que os pais são conscientes das dificuldades e comportamentos dos seus filhos. Silva (2009) nos traz o conceito de família na perspectiva da teoria sistêmica, que é assim definida:

[] família como sendo uma unida de, ou um organismo, em que todas as partes estão ligadas e interagem. Há um movimento contínuo,

circular de trocas entre o sistema familiar e a estrutura individual. □

(p. 16)

De acordo com esta definição a família é: □ uma instituição social significativa, que deve proporcionar um suporte emocional, econômico, sócio l e possibilitar o desenvolvimento e a inserção social do indivíduo. Seguindo esta linha de pensamento, a família é considerada a unidade básica de desenvolvimento das experiências, das realizações e dos fracassos do homem □ (p.16)

De acordo com Serra (2010) ao se constituir uma família logo vem a intenção de ter um bebê, ou ele chega em momentos que não são planejados, mas independentemente de como chegam o desejo dos pais é que venham com saúde. Ao se descobrir que a criança apresenta alguma anomalia, a família entra em luto simbólico e são recomendadas assistências psicológicas e terapêutica em família para orientação e aceitação do diferente. Quando uma criança apresenta os sintomas de autismo, no decorrer do desenvolvimento, os pais falam que a criança era normal no período em que era bebê, mas depois, com o passar do tempo à criança começou a regredir no seu desenvolvimento, passando a apresentar características próprias de autista, pois as trocas de carinho e de comunicação passaram a serem mínimos, comportamentos estereotipados e voltados para si mesmo. Com a chegada de uma criança com deficiência, a família passa por transformações no cotidiano que antes não estavam acostumadas passando a modificar os seus papéis que até então, eram seguros. Bossa (2006) em suas pesquisas declara que as mães que tem filhos com autismo sofrem mais com depressão do que aquelas que têm filhos com síndrome de Down, devido a responsabilidade na área materna, e em relação ao lado paterno, pela preocupação em saber como será o futuro desse filho. Ainda segundo Bossa (2006) o ideal seria que o diagnóstico fosse dado na fase pré-escolar, isso acontece com raridade pelo fato das características do autismo não poderem ser dadas com precisão por causa do desenvolvimento e aquisição da linguagem ainda em construção. Serra (2010) enfatiza que a família pode colaborar de uma forma especial no desenvolvimento da criança portadora de autismo, e esta ajuda perpassa pelas informações precisas do quadro da criança aos profissionais que irão trabalhar no seu desenvolvimento. Para

Serra (2010) que a escola é o único espaço social que divide com a família a educação, e que independentemente do espaço escolar ser um apoio para o desenvolvimento do portador do espectro autista, a família é a responsável em potencial pelo desenvolvimento do indivíduo. A família mesmo que tenha condições de colocar seu filho em um colégio particular passa pelas mesmas dificuldades em matriculá-lo por causa das rejeições e entraves. Do ponto de vista terapêutico, o quanto mais cedo este indivíduo ter acesso à escolarização, mas o seu potencial poderá ser desenvolvido, chegando perto do nível do normal dependendo do grau do autista, segundo Serra (2010). Na intervenção precoce Lampreia (2007) sugere que a família seja orientada a realizar diversas atividades em seus lares que venham a estimular a criança autista, e com isso possibilite uma interação mais aprofundada entre eles. Também é sugerido um grupo de apoio social para a família, como grupo de pais, serviços de aconselhamento familiar com o objetivo de diminuir o estresse familiar e garantindo apoio e motivação.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido seguindo os preceitos de estudos exploratórios por meio de uma pesquisa bibliográfica, e foi realizada nas seguintes etapas:

Fontes

- a) Livros de abordam sobre autismo.
- b) Livros que abordam sobre a educação especial.
- c) Duas monografias que também apresentam abordagens significativas para construção deste artigo.
- d) Três dissertações que apresentam abordagens sobre autismo.
- e) Uma tese de doutorado que apresenta abordagens sobre autismo e) Arquivos disponíveis do portal do MEC. f) Artigos em revistas científicas sobre autismo.

Coletas de dados

- a) Leitura exploratória de todo material selecionado. b) Leitura seletiva. c) Registro das informações extraídas das fontes: Análise e interpretação de resultados Discursão dos resultados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo é um assunto bastante discutido na sociedade de modo geral por apresentar questões que ainda são um enigma à comunidade científica, como por exemplo: Por que as crianças apresentam esses transtornos? ou por que a maior incidência é entre os meninos do que em meninas? Mas, independentemente destas questões não terem sido respondidas é fato comprovado que toda criança que é acometida pelo transtorno autista tem o direito a escolarização com os demais alunos da rede regular de ensino, e não ficarem apenas destinadas a escolas especiais para superarem suas necessidades. Com a lei a seu favor, as escolas comuns tem a obrigação de destinar vagas aos considerados alunos especiais, pois agora eles são dotados da capacidade de aprender juntamente com os ditos normais. Participando da comunidade escolar haverá uma socialização, um acompanhamento que possibilite sua inserção na sociedade, um estímulo às suas habilidades e potencialidades superando as limitações, já que a criança portadora do Transtorno do Espectro Autista tem dificuldade de comunicação prejudicada, e em alguns casos, quando o grau é severo, ausência da fala; na interação entre os pares e na maneira usual de aprender. O professor juntamente com uma equipe de especialistas poderá atuar de forma coerente nessa mediação através de ações e estratégias educacionais para que a criança tenha êxito. O trabalho desenvolvido teve como objetivo verificar quais são os desafios que os professores enfrentam no cotidiano escolar diante da presença de um aluno com transtorno do espectro autista em sala de aula. A lei garante o aluno em sala de aula, mas a realidade que a escola se depara na maioria das vezes, é que ainda não estão preparadas para receber estes alunos, ou quando os recebem os professores se sentem incapazes de atuarem junto a estes alunos pelo fato de conhecerem pouco sobre o assunto, ou não terem uma troca entre os profissionais facilitando sua prática pedagógica, ou à família não cooperar com a escola. São vários os desafios que os professores têm que superar para ter êxito, no entanto o maior dos desafios é a própria forma de pensar em relação ao transtorno. O educador deve ter em mente que apesar de cada criança ter suas próprias peculiaridades, a criança é um ser aprendente, e, é na interação entre os pares que haverá a troca de informações necessárias para o crescimento mútuo. Conforme a concepção de Vygotsky. Temos que nos despir de

preconceitos e perceber que nada está pronto ou finalizado. A educação inclusiva está diante de nossos olhos para mostrar a sociedade o valor que cada ser que carrega o estigma de especial é dotado de uma capacidade e são capazes de superar até seus próprios limites. Além disso, foi observado que para superar os desafios no cotidiano escolar são necessárias várias práticas e tomadas de atitudes que poderão ser significativas para o sucesso da prática pedagógica e toda comunidade escolar deve estar preparada para receber este aluno, juntamente com uma equipe multidisciplinar que irão fazer a troca de informações e adaptações para ajustar as estratégias que o professor terá traçado no seu planejamento e por fim, a família responsável e interessado pelo desenvolvimento acadêmico da criança deve desde a descoberta do Transtorno do Espectro Autista acompanhar todo o desenvolvimento da criança. Para concluir qualquer escola poderá ter um aluno com necessidades especiais matriculados, mas nem toda escola tem condições de assumir um aluno e desenvolver um trabalho que venha desenvolver suas habilidades, por isso é necessário fazer uma reflexão e analisar as reais implicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf . Acesso em 10 de junho. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf. Acesso em 12 maio. de 2018.

BOSSA, Cleonice Aguiar. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria* 28 (Supl I): S47-53, 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 11 maio. de 2018.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo. Revisão crítica da literatura. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 11 junho de 2018.

CID - CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DAS DOENÇAS. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php>. Acesso em 10 de junho de 2018. DSM IV DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS. Disponível em <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php>. Acesso em 10 de junho de 2018.

FONSECA, Vitor da. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FREITAS, Neli Klix. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. Ensaio: Avaliação de políticas Públicas em Educação. vol.16 número 60. Rio de Janeiro - Julho/Setembro, 2008. Disponível em: educa.fcc.org.br/scielo. Acesso em 10 de junho de 2018.

LAGO, Mara. Autismo na escola: Ação e reflexão do professor. 2007, 171f. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso em 13 de julho de 2018.

LAMPREIA, Carolina. A perspectiva desenvolvimentista para a intervenção precoce no autismo. Estudos de Psicologia I Campinas I 24(1) I 105-114 I janeiro - março 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 julho. 2018.

LIRA, Solange Maria de. Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula. Rio de Janeiro. 2004. 151f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestre em Educação). Disponível em: <http://oatd.org>. Acesso em 13 julho de 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo em Perspectiva, vol.14, número 2. São Paulo. Abril/Junho de 2000. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 14 julho de 2018.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. As interações sociais na educação de alunos com autismo. Universidade Federal da Bahia UFBA. 1996.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. 2011. 140f. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Dissertação (Mestre em Educação).

RIBEIRO, Emília Lucas. A comunicação entre professores e alunos autistas no contexto da escola regular: desafios e possibilidades. Salvador, Bahia. 2013.133f. Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestre em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14569>. Acesso em 13 de julho de 2018

RODRIGUES, Fátima Lucília Vidal. SOUZA Amaralina Miranda de. Pedagogia Inclusiva. Brasília : Universidade de Brasília, 2007.

RODRIGUEZ. Rita de Cássia Morem Cóssio. Interculturalidade com o universo autista (Síndrome de Asperger) e o estranhamento docente. Porto Alegre. 2006. 198f. Universidade de Federal de Porto Alegre. Tese (Doutor em Educação). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em 10 junho de 2018.

ROYO, Maria Angeles Lou. URQUIZAR, Natividad lopes. Bases psicopedagógicas da educação especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 508 p. 2012. SERRA, Deyse. Autismo, família e inclusão. Polêmica, v. 9, n. 1, p. 40 56, janeiro/março 2010. Disponível em: www.polemica.uerj.br. Acesso em 10 de junho de 2018.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Élide Cristina Santos. A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo. Salvador, Bahia. 2011. 167f. Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestre em Educação). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em 10 junho de 2018. SILVA, Scheila Borges da. O autismo e as transformações na família. Itajaí, SC. 2009. 59f. Universidade do Vale do Itajaí. Monografia (Bacharel em Psicologia). Disponível em: <http://siaibiboi.univali.br>. Acesso em 15 de julho de 2018.

SILVA, Simone Cerqueira da. ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva.

Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2005 v.11, n.3, p.373-394. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 10 junho de 2018.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Autismo Infantil. São Paulo: edições Memnon, 2003.

TAMANAHA, Ana Carina. CHIARI, Brasília Maria. PERISSINOTO, Jacy. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. Revista Soc. Bras. Fonoaudiologia. 2008; 13(3):296-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 13 julho de 2018.

TOLEDO, Elizabete Humai de; MARTINS, João Batista. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE. III Encontro Sul de Brasileiro de Psicopedagogia-PUCPR. Paraná, 2009

VALLEJO, José M. Bautista. Escola aberta e formação de professores: elementos para a compreensão e a intervenção didática. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIANA, Camila Rocha. Formação Docente na Perspectiva Inclusiva: Um olhar sobre o autismo. Brasília. 2013. 98f. Universidade de Brasília UNB Faculdade de Educação FE. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/6173>. Acesso em 10 junho de 2018.